

RTA-122-2017

**Cooperativa Central de Economia e
Crédito Mútuo das Unicreds do Estado
de São Paulo – Unicred Central SP**

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2016 e de 2015, e o Relatório dos
Auditores Independentes**

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e o Relatório dos Auditores Independentes**

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10
1 Contexto operacional.....	10
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis.	10
3 Caixa e equivalentes de caixa	15
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	15
5 Títulos e valores mobiliários	16
6 Relações interfinanceiras – ativo	17
7 Operações de crédito.....	18
8 Outros créditos	19
9 Investimentos	20
10 Imobilizado de uso	22
11 Relações interfinanceiras – passivo	22
12 Outras obrigações	24
13 Patrimônio líquido	26
14 Outros dispêndios administrativos	27
15 Outros ingressos operacionais.....	27
16 Seguros contratados	27
17 Instrumentos financeiros.....	28
18 Partes relacionadas.....	28
19 Unicred do Brasil.....	29
20 Resultado não operacional	30
21 Índice da Basileia.....	30
22 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa	30

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Às Associadas e Administradores da
**Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo –
Unicred Central SP**
São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 10 de março de 2017.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3



José Paulo de Castro

Contador CRC 1SP145661/O-2

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>		<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo				Passivo			
Circulante		650.642	732.857	Circulante		678.058	766.650
Disponibilidades	3	58	2	Relações interfinanceiras	11	664.011	762.433
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	20.258	-	Outras obrigações	12	14.047	4.217
Títulos e valores mobiliários	5	552.635	696.620				
Relações interfinanceiras	6	62.512	27.168	Não circulante		230	256
Operações de crédito	7	1.139	8.437	Exigível a longo prazo			
Outros créditos	8	14.012	627	Outras obrigações	12	230	256
Outros valores e bens		28	3				
Não Circulante		57.457	64.538	Patrimônio líquido	13	29.811	30.489
Realizável a longo prazo				Capital social		28.070	28.710
Títulos e valores mobiliários	5	35.641	40.065	Reserva de sobras		592	562
Operações de crédito	6	3.590	11.411	Reserva para expansão		891	1.139
Outros créditos	8	12.558	864	Sobras acumuladas		258	78
Investimentos	9	5.240	11.686				
Imobilizado de uso	10	283	319				
Intangível		145	193				
Total do ativo		708.099	797.395	Total do passivo e patrimônio líquido		708.099	797.395

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais

	Nota	2016		2015
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Ingressos de intermediação financeira		57.262	119.274	94.396
Operações de crédito	7	396	1.574	1.698
Títulos e valores mobiliários	5	56.866	117.700	92.698
Dispêndios da intermediação financeira		(56.444)	(117.577)	(92.214)
Operações de captação no mercado	11b	(56.420)	(117.471)	(92.033)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7d	(24)	(106)	(181)
Resultado bruto da intermediação financeira		818	1.697	2.182
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		(854)	(1.796)	(2.880)
Ingressos de prestação de serviços		613	713	157
Dispêndios de pessoal e honorários		(3.925)	(7.343)	(6.348)
Outros dispêndios administrativos	14	(1.309)	(2.965)	(2.514)
Outros dispêndios operacionais		(27)	(46)	(36)
Outros ingressos operacionais	15	3.794	7.845	5.861
Resultado operacional		(36)	(99)	(698)
Resultado não operacional	20	-	403	791
Sobra do semestre/ exercícios		(36)	304	93

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reservas de sobras		Sobras acumuladas	Total
			Reserva de expansão	Reserva especial		
Saldos em 1º de janeiro de 2015	24.735	553	1.419	-	507	27.214
Constituição de reserva	-	-	-	507	(507)	-
Integralizações de capital	3.975	-	-	-	-	3.975
Utilização de reservas	-	-	(595)	(192)	-	(787)
Sobra do exercício	-	-	-	-	93	93
Reserva legal	-	9	-	-	(9)	-
Fates – atos associados	-	-	-	-	(6)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	28.710	562	824	315	78	30.489
Constituição de reserva especial	-	-	-	78	(78)	-
Integralizações de capital	8.547	-	-	-	-	8.547
Baixas de capital	(9.187)	-	63	(63)	-	(9.187)
Utilização de reservas	-	-	(213)	(113)	-	(326)
Sobra do exercício	-	-	-	-	304	304
Reserva legal	-	31	-	-	(31)	-
Fates – atos associados	-	-	-	-	(16)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	28.070	593	674	217	257	29.811
Saldos em 1º de julho de 2016	26.413	562	678	236	340	28.229
Integralizações de capital	8.547	-	-	-	-	8.547
Baixas de capital	(6.890)	-	-	-	-	(6.890)
Utilização de reservas	-	-	(4)	(19)	-	(23)
Sobra do exercício	-	-	-	-	(36)	(36)
Reserva legal	-	31	-	-	(31)	-
Fates – atos associados	-	-	-	-	(16)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	28.070	593	674	217	257	29.811

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais

	2º Semestre	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(193.151)	(754.506)	131.441
Sobra ajustada do semestre/exercícios	61	469	349
Sobra do semestre/exercícios	(36)	304	93
Depreciações e amortizações	97	165	238
Residual de baixas do imobilizado de uso	-	-	18
(Aumento) nos ativos	(7.369)	(66.357)	(72.398)
Títulos e valores mobiliários	(24.897)	(20.903)	(48.832)
Relações interfinanceiras	37.243	(35.469)	(21.080)
Operações de crédito	4.476	15.119	(2.954)
Outros créditos e outros valores e bens	(24.191)	(25.104)	468
Aumento nos passivos	(185.843)	(88.618)	203.490
Relações interfinanceiras	(195.746)	(98.422)	208.270
Outras obrigações	9.903	9.804	(4.780)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	6.435	6.365	(7.277)
Aumento de investimentos	6.507	6.446	(7.024)
Aquisições de imobilizado de uso	(39)	(48)	(82)
Aplicações do intangível	(33)	(33)	(171)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	1.618	(982)	3.182
Utilização de reservas	(23)	(326)	(787)
Integralizações de capital	8.547	8.547	3.975
Baixas de capital	(6.890)	(9.187)	-
Fates – atos associados	(16)	(16)	(6)
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(185.098)	(149.123)	127.346
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	723.955	687.980	560.634
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	538.857	538.857	687.980
(Diminuição) aumento do caixa e equivalente de caixa	(185.098)	(149.123)	127.346

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

2º semestre de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado de São Paulo – Unicred Central SP (Cooperativa) tem sua constituição e funcionamento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BACEN), conforme Resolução 4.434/2015.

A Cooperativa está sediada em São Paulo SP, com sua área de atuação no Estado de São Paulo.

A Cooperativa desfilou-se da Confederação das Unicreds (Unicred do Brasil), conforme nota 19, e associou-se ao Sistema Cooperativo Sicoob. Com isso, a Cooperativa alterará sua razão social para Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Unimais. O processo está aguardando homologação do Banco Central. Os saldos das transações com a Unicred do Brasil, quando pertinente, foram ou serão transferidos para o Sicoob conforme negociação e normas internas e legais.

Conforme mencionado na nota 2 b.15, o passivo circulante supera o ativo circulante. O resumo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está descrito na nota 21.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN para aplicação até a data do balanço (CPC 00, 01, 02, 03, 05, 10, 23, 24, 25 e 33).

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e foram aprovadas pela Administração em 10 de março de 2017.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios e semestre apresentados, salvo disposição em contrário:

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários livres, de curto prazo e alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento.

b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras – ativo

Classificados conforme a intenção da Administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. Parte desses títulos estão vinculados a garantia de operações com cartões de crédito.

b.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

Sobre as operações de crédito, a Administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN 2.682/1.999, que classificam as operações por nível de risco.

b.6 Devedores por depósitos em garantia

Seja por determinação judicial ou espontaneidade da Administração da Cooperativa, foram depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos.

b.7 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição, deduzidos conforme o caso, de provisões para perdas.

b.8 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.9 Intangível

Demonstrados pelo valor dos gastos, amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados.

b.10 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos sujeitos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

b.11 Relações interfinanceiras - passivo

Registradas pelo montante dos recursos das associadas (cooperativas singulares) centralizados pela Cooperativa, e inclui os encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

b.12 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.13 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

b.14 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes, para fins de provisão e divulgação.

b.15 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

Por necessidade de garantia de operações com cartão de crédito das cooperativas singulares associadas, a Cooperativa vinculou parte importante de suas aplicações, alterando a sua liquidez. A Administração da Cooperativa, em análise dos ativos e passivos, entende que não há risco de liquidez, conforme política do Sicoob Confederação.

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 27.416. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 57.227. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 24.143.

b.16 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e Bacen.

b.17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, quando incorridos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10%, e para a contribuição social 17%. A sobra apurada em operações realizadas com associadas é isenta de tributação.

3 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceira – ativo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN 3.604/2008.

Descrição	2016	2015
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	58	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	20.258	-
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	518.541	687.853
Cheques maiores remetidos a outros bancos	-	125
	<u>538.857</u>	<u>687.980</u>

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2016
Não ligadas CDI	<u>20.258</u>

Trata-se de Certificado de Depósito Interfinanceiro no Bancoob, remunerados à taxa média de 101 % do CDI. As aplicações têm vencimento final em novembro de 2017 e têm liquidez imediata.

5 Títulos e valores mobiliários

Descrição	2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Cotas de fundos de curto prazo	22.251	-	22.251 (i)	6.403	-	6.403
Letra financeira subordinada	7.319	-	7.319	-	-	-
Cotas de fundos referenciados	7.091	-	7.091	6.162	-	6.162
Cotas de fundos de renda fixa	481.880	-	481.880 (ii)	675.288	-	675.288
Letras Financeiras do Tesouro	34.094	35.641	69.735 (iii)	8.767	40.065	48.832
	552.635	35.641	588.276	696.620	40.065	736.685

(i) Referem-se a títulos aplicados em fundos de curto prazo de instituições financeiras de primeira linha. Todos os títulos foram devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). Os títulos podem ser resgatados a qualquer momento, portanto, são considerados como equivalentes de caixa.

(ii) Referem-se a títulos aplicados em fundos de renda fixa de diferentes instituições financeiras. A concentração na maior instituição representa 43% do valor total investido. Todos os títulos foram devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). Os títulos podem ser resgatados a qualquer momento, portanto, são considerados como equivalentes de caixa.

(iii) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), vinculados à garantia de operações com cartões de crédito das cooperativas singulares associadas, não podendo ser resgatado antecipadamente. O vencimento final dos títulos é em 1º de setembro de 2018.

No exercício de 2016 foram registrados os rendimentos em resultado com títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras no montante de R\$ 117.700 (R\$ 92.698 em 2015).

6 Relações interfinanceiras – ativo

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cheques maiores remetidos a outros bancos	-	125
Centralização financeira – Unicred do Brasil (i)	62.512	24.272
Fundo Garantidor de Depósitos (ii)	-	<u>2.771</u>
	<u>62.512</u>	<u>27.168</u>

(i) Refere-se a depósitos efetuados na Unicred do Brasil, sendo esses recursos próprios, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (nota 19).

(ii) Com a migração do Sistema Unicred para o Sistema Sicoob, o valor de R\$ 2.771 referente ao Fundo Garantidor de Depósitos foi utilizado para compensar os pagamentos de serviços prestados pelo sistema Unicred durante o período de migração (nota 19).

As relações interfinanceiras não são consideradas equivalentes de caixa para efeito da demonstração dos fluxos de caixa.

7 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	2016			2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	1.144	3.608	4.752	8.522	11.482	20.004
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(5)	(18)	(23)	(85)	(71)	(156)
	1.139	3.590	4.729	8.437	11.411	19.848

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2016	2015
		Vincendas	Vincendas
A	0,5	4.752	-
B	1	-	20.004
		4.752	20.004

c Composição do não circulante por ano de vencimento

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2017	-	11.482
2018	1.144	-
2019	1.144	-
2020	1.024	-
2021	296	-
	<u>3.608</u>	<u>11.482</u>

d Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	<u>(156)</u>	<u>(171)</u>
Reversão da provisão	239	196
Constituição da provisão	<u>(106)</u>	<u>(181)</u>
Saldo final	<u>(23)</u>	<u>(156)</u>

8 Outros créditos

Descrição	<u>2016</u>			<u>2015</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Adiantamentos e antecipações	97	-	97	7	-	7
Devedores diversos - País						
Cooperativas filiadas (i)	5.606	-	5.606	547	-	547
Valores a receber de filiadas (ii)	1.618	-	1.618			
Tarifas – compensação CIP a regularizar	856	-	856			
Confederação das Unicreds (iv)	-	11.671	11.671	-	-	-
Outros devedores diversos	469	-	469	73	-	73
Devedores por depósitos em garantias (iii)	<u>5.366</u>	<u>887</u>	<u>6.253</u>	<u>-</u>	<u>864</u>	<u>864</u>
	<u>14.012</u>	<u>12.558</u>	<u>26.570</u>	<u>627</u>	<u>864</u>	<u>1.491</u>

(i) Do montante de R\$ 5.606, R\$ 5.253 refere-se à parte dos pagamentos de serviços prestados pelo Sistema Unicred durante o período de migração, que serão reembolsados pelas cooperativas singulares associadas. O montante devido pelos serviços prestados pelo sistema Unicred era de R\$ 8.000. A diferença de R\$ 2.747 foi compensada com o saldo do Fundo Garantidor de Depósitos (nota 6).

(ii) R\$ 1.618 refere-se a despesas com a migração do Sistema Unicred para o sistema Sicoob, que será reembolsado pelas cooperativas singulares associadas.

(iii) R\$ 887 refere-se a depósitos judiciais para o PIS e COFINS sobre rendimentos das aplicações financeiras, atualizados até 31 de dezembro de 2016 pela taxa SELIC (nota 12 v). R\$ 5.366 refere-se à caução de curto prazo para garantir a não suspensão dos serviços prestados pela Unicred do Brasil, resgatáveis após o cumprimento da obrigação.

(iv) Com a desfiliação da Unicred do Brasil, conforme nota 19, o valor do investimento reclassificado para outros créditos deve ser restituído. As condições da restituição ainda não estão definidas.

9 Investimentos

a Composição do saldo

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Confederação das Unicreds	-	11.671
Bancoob (i)	5.103	-
Sicoob Confederação	61	-
Unicred Corretora de Seguros Ltda.	61	-
CNAC	15	15
	<u>5.240</u>	<u>11.686</u>

(i) Refere-se a aquisição de 2.580 ações preferenciais do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob.

O quadro abaixo apresenta a movimentação nos exercícios dos investimentos:

	Unicred do Brasil	Bancoob	Sicoob Confederação	Unicred Corretora	CNAC Confederação de Auditoria	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	11.671	-	-	-	15	11.686
Integralização de capital	-	5.103	61	61	-	61
Baixas por desfiliação (i)	(11.671)	-	-	-	-	(11.671)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	5.103	61	61	15	5.240

	Unicred do Brasil	CNAC Confederação de Auditoria	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	4.647	15	4.662
Aumento de investimentos	7.024	-	7.024
Saldos em 31 de dezembro de 2015	11.671	15	11.686

(i) Valor reclassificado para outros créditos (nota 8). A forma de restituição do capital social investido na Unicred do Brasil ainda não foi definida. Dessa forma, o valor foi classificado como não circulante.

Os investimentos na Confederação das Unicreds (Unicred do Brasil), Sicoob Confederação e CNAC são avaliados pelo método de custo. O investimento na Unicred Corretora representa 19,7% do capital da investida e também é avaliado pelo método de custo.

10 Imobilizado de uso

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Depreciação		2016	2015
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	4%	250	(208)	42	52
Instalações	10%	680	(676)	4	7
Móveis e equipamentos de uso	10%	254	(145)	109	131
Sistema de processamento de dados	20%	523	(401)	122	125
Sistema de comunicação	10%	9	(4)	5	2
Sistema de segurança	10%	5	(4)	1	2
		1.721	(1.438)	283	319

b Movimentações do custo de aquisição e depreciação acumulada nos exercícios

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	1.614	(1.159)	455
Adições	82	(198)	(116)
Baixas	(23)	3	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.673	(1.354)	319
Adições	48	(84)	(36)
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.721	(1.438)	283

11 Relações interfinanceiras – passivo

a Composição do saldo

Descrição	2016	2015
Centralização financeira (i)	664.011	762.073
Cheques e outros papéis recebidos	-	360
	664.011	637.410

(ii) Refere-se aos depósitos das cooperativas singulares associadas, sendo esses recursos próprios, conforme determina o artigo 24 da Resolução CMN 4.434/2015, e tem remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

b Concentração da centralização financeira

Descrição	2016		2015	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	197.517	30%	278.239	37%
10 maiores depositantes	656.470	99%	756.781	99%
11 maiores depositantes	664.011	100%	762.073	100%

No exercício de 2016, a Cooperativa remunerou esses depósitos no montante de R\$ 117.471 (R\$ 92.033 em 2015), que para efeito de apresentação da demonstração das sobras ou perdas é classificado como “Dispêndios da intermediação interfinanceira”.

A Administração da Cooperativa analisa não haver risco de concentração.

12 Outras obrigações

Descrição	2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e estatutárias:						
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	16	-	16	41	-	41
Fundo Garantidor de Depósitos (ii)	-	-	-	2.771	-	2.771
Cotas de capital a pagar (iii)	7.146	-	7.146	384	-	384
	7.162	-	7.162	3.196	-	3.196
Fiscais e previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	435	-	435	356	-	356
Diversas:						
Provisão para pagamentos a efetuar	468	-	468	474	-	474
Credores diversos no país (iv)	5.982	-	5.982	191	-	191
Provisão para passivos contingentes (v)	-	230	230	-	256	256
	6.450	230	6.680	665	256	921
	14.047	230	14.277	4.217	256	4.473

(i) O FATES tem formação, classificação e utilização conforme Lei do Cooperativismo e normas do Bacen (nota 13b).

(ii) A Cooperativa participava em 2016 do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), instituído pela Resolução CMN 4.284/2013. Com a migração do Sistema Unicred para o Sistema Sicoob, a Cooperativa deixou de efetuar a intermediação com as singulares associadas, sendo o saldo utilizado para amortizar os pagamentos de serviços prestados pelo Sistema Unicred durante o período de migração, conforme nota 8 (ii).

- (iii) Refere-se ao capital social de ex-associadas, que estão sendo restituídas conforme decisão da AGO. Em 2016, com a migração para o Sistema Sicoob, uma de suas singulares optou pela permanência no Sistema Unicred, cuja forma de devolução do capital ainda não foi definida.
- (iv) Trata-se de valores pendentes de compensação decorrentes da migração do sistema, à repassar para as cooperativas singulares associadas.
- (v) A Cooperativa possui contingências tributárias decorrentes do curso normal das operações. As contingências tributárias representam os processos em que são discutidas a inconstitucionalidade ou ilegalidade de determinada norma ou movidos pelas autoridades fiscais nas situações de interesse de pagamento insuficiente ou em desacordo com o entendimento do órgão fiscalizador. Contudo, com base no teor das matérias e nas experiências anteriores, a Administração da Cooperativa constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. Referidas provisões estão cobertas parcialmente por depósitos judiciais, registrados em outros créditos no ativo não circulante.

As provisões e os depósitos em garantia estão assim resumidos:

Tributo	2016		2015	
	Valor da provisão constituída	Valor dos depósitos em garantia	Valor da provisão constituída	Valor dos depósitos em garantia
PIS / COFINS	230	212	206	176
CSLL	-	675	-	675
Acordo Unicred do Brasil	-	5.366	-	-
Outros	-	-	50	13
	230	6.253	256	864

A movimentação dos depósitos judiciais e da provisão para passivos contingentes foi a seguinte:

	Depósitos judiciais	Provisão para passivos contingentes
Saldo em 1º de janeiro de 2015	840	245
Depósitos realizados / constituição de provisão	24	11
Saldo em 31 de dezembro de 2015	864	256
Depósitos realizados / constituição de provisão	5.389	24
Baixas de depósitos / baixas de provisão	-	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.253	230

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

A Cooperativa é ré em duas demandas de natureza tributária e uma de natureza cível, discutida na esfera judicial, com valor de causa de R\$ 408 em 31 de dezembro de 2016. A Administração da Cooperativa decidiu com base na opinião de seu assessor jurídico, que indica perda possível, mas não provável, em não registrar qualquer provisão para contingências em face desse assunto.

13 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas cotas integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, de 9 associadas em 31 de dezembro de 2016 e 11 associadas em 31 de dezembro de 2015. No exercício de 2016, houve a integralização de capital de R\$ 8.547 (R\$ 3.975 em 2015), com recursos provenientes das associadas e a baixa de seu capital em R\$ 9.187, decorrente de cooperativas singulares desligadas.

b Destinações legais e estatutárias

Das sobras apuradas no fim do exercício, conforme Estatuto Social, é destinado: 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa; e 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). Atendendo à instrução do Bacen, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 12 i).

c Aprovação da destinação das sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e aprovadas conforme Estatuto Social, normas do Bacen e conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

A Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 19 de março de 2016, aprovou as demonstrações financeiras de 2015 por unanimidade.

14 Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º semestre	2016	2015
Serviços do sistema financeiro	(36)	(68)	(44)
Serviços técnicos especializados	(296)	(584)	(397)
Processamento de dados	(115)	(601)	(607)
Viagens no país	(273)	(519)	(337)
Aluguéis	(108)	(341)	(257)
Despesas de comunicação	(159)	(222)	(133)
Outros dispêndios administrativos	(322)	(630)	(739)
	(1.309)	(2.965)	(2.514)

15 Outros ingressos operacionais

Descrição	2º semestre	2016	2015
Ressarcimento de dispêndios operacionais	-	10	46
Reversão de provisão para operação de crédito de liquidação duvidosa (nota 7d)	82	238	196
Outras rendas operacionais (i)	3.712	7.597	5.619
	3.794	7.845	5.861

(i) A Cooperativa possui uma relação de interdependência de suas associadas, visto que o seu custo é reembolsado por elas. A Cooperativa é responsável por fiscalizar os processos e procedimentos administrativos, ganho em escala, normatização e padronização de documentos e prestar serviços às associadas, como processamento de folha de pagamento, contabilidade, compensação, centralização financeira, entre outros.

16 Seguros contratados

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não

fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

17 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, os quais se aproximam dos seus valores justos, com destaque para os equivalentes de caixa e relações interfinanceiras (ativo e passivo) e operações de crédito.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

18 Partes relacionadas

Considerando que a Cooperativa é uma cooperativa central, diversas operações são realizadas exclusivamente com suas associadas (cooperativas singulares).

Descrição	2016	2015
	Diretores e Conselheiros	Diretores e Conselheiros
Despesas com honorários	1.156	962

Não há operações com essas partes relacionadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa.

19 Desfiliação da Uniced do Brasil

Conforme solicitação de desfiliação datada de 23 de maio de 2016, a Cooperativa e associadas decidiram se desligar do quadro social da Uniced do Brasil (Confederação). A decisão do Conselho de Administração da Cooperativa, aprovada por maioria de votos, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 21 de maio de 2016, também definiu a filiação ao Sistema Cooperativo Sicoob.

O Conselho de Administração tomou a decisão de desfiliação do Sistema Uniced e filiação ao Sistema Sicoob buscando a ampliação do portfólio de produtos e serviços aos seus cooperados, a evolução tecnológica oferecida pela estrutura do Sicoob, bem como a possibilidade de contar com um Banco Cooperativo (Bancoob) no apoio de seus negócios, e ainda a redução significativa dos custos operacionais aliada a possibilidade de geração de maior resultado agregado aos Cooperados.

Os saldos nos balanços patrimoniais das transações da Cooperativa com a Uniced do Brasil em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são os seguintes:

Descrição	2016	2015
Ativo circulante		
Centralização financeira – Uniced do Brasil (nota 6)	62.512	24.272
Fundo Garantidor de Depósitos (nota 6)	-	2.771
Títulos e valores mobiliários – Letra financeira subordinada – Uniced do Brasil (nota 5)	7.319	-
	69.831	27.043
Ativo não circulante		
Outros créditos - Uniced do Brasil (nota 8)	11.671	-
Investimentos (Nota 9)	-	11.671
	11.671	11.671

As operações foram realizadas em condições normais de seu mercado e regulamentações internas.

20 Resultado não operacional

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ingressos de comissões de seguros	111	237
Ingressos de serviços de marketing	231	547
Outros ingressos	61	7
	<u>403</u>	<u>791</u>

21 Índice da Basileia

O patrimônio líquido da Cooperativa apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices da Basileia de 13,26% em 31 de dezembro de 2016 e 13,63% em 31 de dezembro de 2015, conforme demonstrativo abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Patrimônio de referência – PR	20.690	26.927
RWA para risco de crédito – RWAcpad	148.694	186.967
RWA para risco de mercado – RWAm pad	2.812	6.768
RWA para risco operacional – RWAopad	4.481	3.836
Montante RWA	<u>155.987</u>	<u>197.571</u>
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	15.404	21.733
Margem sobre o PR considerando a Rban	<u>5.286</u>	<u>5.184</u>
Índice da Basileia	<u>13,26</u>	<u>13,63%</u>

22 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa

a Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional da Cooperativa consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas na Cooperativa sob a supervisão do Sicoob Confederação.

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Bancoob, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não

negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

c Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de a contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Bancoob, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

d Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob; e
- c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

*** fim ***